

Cratera cresce e chega a quase 78 metros

Em pouco mais de dois meses, cratera em Vera Cruz aumentou 6,2 metros

JORDÂNIA FREITAS
REPÓRTER

Aumentou em 6,2 metros de comprimento, a cratera que se abriu no povoado de Matarandiba, em Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, há pouco mais de dois meses. Com isso, o fenômeno geológico, conhecido como sinkhole, ou vazio subterrâneo, cresceu de 71,7 para 77,9 metros de comprimento. A largura também foi ampliada de 29,9 para 33,2 metros. Em contrapartida, houve redução de profundidade, que passou de 45,4 para 44,9 metros.

Os dados são do mais recente estudo, realizado no último dia 31 de julho, por técnicos contratados pela multinacional americana Dow Química, que utiliza a região para extração de salmora, uma mistura de água e sal usada na fabricação de produtos químicos. As causas para o surgimento da cratera ainda são um mistério.

Segundo a Dow, dados geológicos modelados em um software de alta precisão que servem para avaliar o stress do subsolo e entender a origem da erosão foram encaminhados no final de julho para a empresa contratada e seguem em investigação. A estimativa é que o laudo fique pronto entre novembro deste ano e janeiro de 2019.

"Esta expansão é prevista e é característica deste fenômeno geológico. Ela deve ocorrer até a completa estabilização do terreno, uma vez que, sob o ponto de vista técnico, a tendência é de que as bordas da erosão fiquem do mesmo tamanho que o fundo dela, e hoje a parte inferior possui perímetro maior do que o das bordas superiores. Por isso, o reforço de não acessar o local é tão importante para a segurança das pessoas", informou a multinacional, por meio de nota.

Situada em uma região de Mata Atlântica, o local da cratera é de difícil acesso e fica a cerca de 1 km do local onde vive a comunidade de Matarandiba. Apesar de não apresentar risco para a



BURACO
É resultado de um fenômeno geológico

Foto-Divulgação

população, a área segue isolada por medida de segurança.

ESTABILIDADE DO SOLO

Ainda segundo este último estudo, dados coletados por satélites desde 2016 apontaram que a média de variação de movimento do solo em todos os pontos da vila de Matarandiba são estáveis, sem nenhuma alteração significativa nos últimos dois anos. A área de barragem e a de processo da Dow também demonstraram estabilidade. Já as áreas ao norte da cratera demonstraram variações isoladas a partir de outubro de 2017. "Estas informações foram enviadas para os especialistas que estão estudando o fenômeno

para que seja utilizado na análise geomecânica da erosão", explicou a Dow.

FISCALIZAÇÃO

A empresa salientou que tem realizado reuniões com os órgãos competentes e prefeitura da cidade para informar sobre o andamento das investigações e monitoramento da erosão.

A diretora de Fiscalização e Licenciamento Ambiental da prefeitura de Vera Cruz, Priscila Velloso, disse que acompanha a situação desde o início, quando firmou um termo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Mineração (ANM), Defesa Civil, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e

outras entidades, solicitando à Dow um planejamento de ações em curto e longo prazo.

"Eles têm feito reuniões com a comunidade, mostrando o andamento dos estudos e a aquisição de equipamentos geofísicos. Temos um vereador que mora na região e funcionários da prefeitura que também comprovam as informações. A gente não pode cobrar o laudo porque está dentro do prazo solicitado e são estudos complexos", afirmou Priscila Velloso.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Inema disse que realizou algumas ações após vistoriar o terreno logo quando foi descoberta a falha geológica. Mas,

segundo o órgão, a ANM é a responsável por acompanhar o caso. A Tribuna da Bahia entrou em contato com a Agência Nacional de Mineração e com o Ministério Público Estadual (MP-BA), que investiga o ocorrido, mas até o fechamento dessa reportagem não obteve resposta.

Procurada, a Agência Nacional de Mineração, disse por nota que, a DOW está realizando levantamento de acordo com as notificações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Ainda segundo nota, umas das notificações foi monitorar constantemente qualquer instabilidade nos maciços da região, principalmente nas proximidades da vila.

CALÇADAS

Multa para piquete irregular pode chegar a R\$ 3 mil

YURI ABREU
REPÓRTER

De um lado, moradores que não querem mais ver as calçadas invadidas por motoristas que estacionam os veículos sobre as calçadas e acabam colocando piquetes ou correntes. Só que, de outro, essa medida acaba afetando, principalmente, aos pedestres, que ficam com a mobilidade reduzida, por causa dessa "privatização de espaço", e tendo de utilizar as vias de passagem de carros, podendo até sofrer um acidente.

A instalação desse tipo de equipamento é uma situação corriqueira em Salvador, não importando se o imóvel é uma casa, edifício ou estabelecimento comercial. O certo é que, em alguns pontos da cidade, eles são de fácil identificação. A reportagem da Tribuna da Bahia percorreu alguns deles e constatou o fato.

A primeira parada foi na Rua dos Tupys, no Matatu de Brotas, onde uma residência tem, ao longo de toda extensão, piquetes instalados nas calçadas. A questão é que, assim como do outro lado da rua, a calçada é pequena, o que dificulta a passagem de pedestres pelo local. Poucos metros mais a frente, na Rua dos Bandeirantes, também não

é difícil encontrar diferentes imóveis que tenham colocado piquetes. Um edifício, por exemplo, tomou a medida para evitar que motoristas colocassem os veículos, inclusive, sobre uma pista tátil, utilizada por deficientes visuais. Mas, isto não é um padrão, pois é comum ver outras instalações, como bares, tendo piquetes à frente atrapalhando a passagem.

A mesma situação foi vista em pontos como em um estabelecimento perto da Igreja de Sant'Ana, em Nazaré; na Avenida Joana Angélica; na região dos Barris, perto da Delegacia do Ildoso; assim como na Rua Almeida Sande, no mesmo bairro.

Mas, mesmo com os transtornos causados pelos espertinhos que estacionam em local indevido, o morador não pode simplesmente colocar um piquete no local para evitar o problema. É necessário, antes, acionar a Superintendência de Trânsito do Salvador (Transalvador), que vai realizar um estudo técnico da área.

Conforme o órgão, qualquer pessoa pode fazer a solicitação para instalação de piquetes e os agentes da Superintendência vão até o local verificar se todas as normas estão sendo atendidas. Para dar entrada na



Foto-Romildo de Jesus

solicitação, é necessário apresentar documentos e comprovantes como cópia da carteira de identidade do solicitante; cópia do comprovante de IPTU e residência; planta de localização da via onde se localiza o imóvel e comprovante de pagamento do preço público (DAM - Documento de Arrecadação Municipal), cujo valor é de R\$ 133,84. Além da quitação, o dono do imóvel pode ter outros custos - desta vez por conta própria - se for verificada que a calçada tenha de ser reformada.

"O principal objetivo do piquete é salvaguardar a passagem do pedestre em determinado local. Para ser

autorizada, sua instalação deve levar em consideração aspectos técnicos, por exemplo, a largura total do passeio, que deve ser maior ou igual a 1,90m, e a necessidade efetiva do equipamento no local", explicou, por nota, a assessoria de comunicação da Transalvador.

Mas, se mesmo assim o dono da residência insistir em colocar os piquetes sem a concordância da gestão municipal, ele pode pagar muito caro por isso: até quase R\$ 3 mil. De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), órgão que realiza a fiscalização dessa questão na capital, apenas

neste ano, já foram removidos mais de 300 piquetes e correntes irregulares em diversos bairros da cidade.

"No momento da fiscalização, se o imóvel ou estabelecimento não possuir a autorização da Transalvador para a instalação, os fiscais da Sedur, removem imediatamente os piquetes e correntes", informou a assessoria de comunicação da Secretaria.

Mas, esta é a primeira parte. A reincidência no ato, conforme o órgão, pode sim levar o dono do imóvel a ser autuado - ele tem até 10 dias para apresentar defesa - e levar uma multa que varia entre R\$ 88,85 a R\$ 2.959,17.